

**«O REFORÇO DAS INSTITUIÇÕES  
E DOS PARTIDOS POLÍTICOS: UM DESAFIO PARA  
A SOCIEDADE POLÍTICA E PARA A CIDADANIA»**

**Rosa Díez  
Deputada  
Parlamento Europeu**

*«O que tu és depende da genética;  
o que tu serás depende da política.»*  
**Stanislaw J. Lec.**

Como muito bem ilustra a frase que escolhi para iniciar esta conferência, proponho-me reivindicar a acção política como o mais válido instrumento para fazer evoluir a sociedade e tentar fazer face, com sucesso, aos problemas e imperfeições das instituições e do sistema democrático.

O próprio facto de sentir a necessidade de reivindicar a política num fórum como este, em que nos encontramos entre parlamentares e dirigentes políticos da Europa e da América Latina, mostra até que ponto as alegações de falta de liderança dos políticos estão na ordem do dia. Gostaria de reflectir um instante convosco sobre o desafecto dos cidadãos pelos partidos políticos e seus membros, bem como sobre cada um dos aspectos que ensombram a nobre actividade da política. Gostaria também de abordar aquilo que considero como sendo uma das principais causas desse desinteresse, que já dura há algum tempo. Devo advertir-vos de que sou uma pessoa positiva e de que, para além da profunda autocrítica que me sinto obrigada a formular, espero que, após o termo deste debate, a nossa visão seja mais clara e que, juntos, tenhamos começado a conceber perspectivas mais optimistas.

Sou igualmente dotada de um espírito pragmático. Devo dizer que, como mulher, de esquerda e nascida durante o período franquista – tenho cinquenta e três anos –, não tive alternativa senão ser optimista e pragmática. Vivi metade da minha vida privada de liberdade sob o regime franquista. A outra metade devotei-a à defesa da liberdade no País Basco contra uma organização terrorista, a ETA, que assassinou mais de mil cidadãos na era democrática, ao mesmo tempo que sofria as consequências de um governo nacionalista geralmente mais preocupado com a consolidação das suas posições de poder do que com a defesa da liberdade e da segurança de milhares de cidadãos bascos, perseguidos e ameaçados pelos terroristas a pretexto de não se vergarem às suas pretensões totalitárias.

Apesar de tudo isso, ou talvez precisamente por causa disso, continuo a fazer política. E não é unicamente uma história de vocação. A experiência mostrou-me que só a política é capaz de

mudar todas essas coisas que se revelam fundamentalmente prejudiciais ao desenvolvimento e à dignidade dos seres humanos.

Face a uma situação crítica para as instituições democráticas e para a política, é possível considerar pelo menos duas respostas. Uma seria a de se acomodar e de retirar o maior benefício pessoal possível, preservando-se da melhor forma das consequências resultantes dos problemas mais importantes. A outra seria a de optar pela acção política enquanto elemento transformador e trabalhar para produzir as mudanças institucionais capazes de estabelecer condições elementares que permitam à maioria dos cidadãos lesados pelas decisões dos políticos considerar essas medidas como positivas para que deixem de sofrer.

Se nós, seres humanos, não podemos modificar as leis da natureza, somos, em contrapartida, capazes de mudar as normas legais que regem as nossas instituições e regulam o nosso sistema de coabitação. O que o Homem fez, o Homem pode modificar. Resta saber se preferimos satisfazermo-nos com o que temos ou se preferimos agir. Estas duas opções correspondem a uma escolha política. Se me permitem, gostaria de utilizar uma expressão que não teria neste caso nenhuma conotação política, a primeira possibilidade seria, portanto, a opção conservadora, favorecendo a consolidação dos acervos. A segunda opção, por seu lado, corresponderia a dizer – sem, contudo, exagerar a nossa faculdade de modificar radicalmente a situação actual – que não podemos aceitar como inevitáveis as desigualdades e as injustiças sociais do nosso mundo, como se se tratasse de um fenómeno natural. Isso significa que pensamos que fazer política pode contribuir para reduzir a importância que desempenham nas nossas vidas e no nosso desenvolvimento pessoal todas as nossas predisposições genéticas, as nossas tradições, a nossa raça, o nosso sexo e o nosso ambiente social.

Como tão bem diz o filósofo Fernando Savater no seu livro, *El valor de elegir (O valor da escolha)*, fazer política é "...escolher alargar o mais possível o consenso sobre as instituições sociais e reconhecer que vivemos em dois mundos: o das necessidades naturais e o da liberdade política. No primeiro, não passamos de simples objectos regidos pelas leis, mas no segundo podemos enfrentar as questões e passar a sujeitos legisladores."

Eu acredito profundamente neste pensamento e esta é a razão pela qual, enquanto mulher pragmática, recomendo a acção política. A política é o instrumento mais útil da democracia, o único capaz de defender os cidadãos, o instrumento que permite intervir em seu próprio nome junto das autoridades que dirigem o mundo sem a menor forma de controlo democrático. Por isso quero reivindicar a política, não apenas numa perspectiva ética ou moral, mas também numa perspectiva utilitária, se me permitem uma expressão tão politicamente incorrecta.

Quanto mais o mundo se torna complicado, mais evidente é a necessidade de política. Sei que os cidadãos não partilham esta percepção, mas está claramente estabelecido que quanto mais a globalização avança, mais as decisões são globalizadas e mais é necessário reforçar os instrumentos democráticos que nos permitem defender os direitos individuais e os interesses colectivos.

Na minha opinião, não é possível afirmar a Política com P grande sem reivindicar ao mesmo tempo os homens políticos e o papel dos partidos políticos. Porque, no fim de contas, são os partidos políticos – aqui como do outro lado do oceano – que elaboram as listas eleitorais e designam os candidatos. São os políticos, os homens e as mulheres que compõem as câmaras

legislativas e constituem os governos, que tomam as decisões que afectam o conjunto da sociedade.

Segundo *Hannah Arendt*, pensadora alemã do início século XX e grande defensora e crítica da política, "*a essência do homem reside no seu talento para realizar milagres, iniciar o improvável e o inacessível, o que vulgarmente se chama agir*". Agir, para Arendt, é sinónimo de liberdade. Ela pensa que "o indivíduo, isoladamente, nunca é livre, torna-se livre se se insere no substrato da comunidade e lá age...". Dificilmente se poderia exprimir melhor a relação entre política e liberdade, e entre política e democracia.

Sei que não é actualmente muito popular ter semelhante discurso de reivindicação da política, nem sequer entre políticos, como é o caso aqui. Estou certa de que têm, tal como eu, colegas que parecem querer pedir desculpa por se dedicarem à política. E quando alguém lhes pergunta o que fazem, respondem algo do género: "sou enfermeira ou arquitecta ou advogada ou médica ou electricista..., mas trabalho de momento no Parlamento ou em tal município". Consideram, e razões não lhes faltam, que a política não lhes oferece nenhum prestígio. O mais preocupante é que não parecem dispostas a agir em profundidade para alterar essa situação.

Sei que não devem generalizar-se as experiências e ainda menos as soluções a dar a um problema. Parto do princípio de que, para os espanhóis da minha geração, fazer política representava uma verdadeira aventura, comparável de certa maneira aos que nasceram numa democracia ou que sempre viveram em países onde a palavra "política" evocava imediatamente atitudes, acções ou privilégios pouco prestigiantes de um ponto de vista ético, moral ou simplesmente democrático. Para mim, quando era adolescente e quando comecei a sentir-me interessada pelo mundo que me cercava, fazer política significava, para simplificar, viver em democracia. Fazer política queria dizer poder discutir as ideias sem temor algum, opor opiniões, falar fora dos quatro muros da nossa casa dos assuntos que nos preocupavam e daqueles que eu e os meus irmãos mais velhos debatíamos com o meu pai. Fazer política significava poder votar, poder eleger os nossos representantes, assemelharmo-nos aos outros países democráticos do mundo. Poder fazer política e viver em democracia sempre fez muito sentido para mim.

O meu pai era um socialista tradicional, dos que defenderam a legalidade da República espanhola, dos que perderam a guerra. Ensinou-nos a respeitar as regras e a legalidade. Ensinou-nos a não nos esquecermos de olhar para o futuro. A trabalhar também. Para que nem nós, nem os nossos filhos, conhecêssemos uma situação como aquela que tinham sido forçados a suportar. Ele não teria querido ganhar a guerra com efeitos retroactivos. É por essa razão que nos ensinou o valor da democracia e da política. Ensinou-nos toda a importância de poder escolher, e o orgulho que representa o facto de ser eleito e de respeitar a palavra dada. Sem esquecer a responsabilidade inerente a cada uma das suas decisões. É por isso que continuo muito orgulhosa por fazer política, por representar os cidadãos, por poder ser sua intermediária.

Mas este entusiasmo muito pessoal pela política, esta vocação, não me impede de estar consciente da indiferença dos cidadãos para com a política e para com os políticos. Nem do risco que corre o nosso sistema democrático se nos revelarmos incapazes de reagir. É essa a razão pela qual vos falarei igualmente de todos os elementos que nós, os políticos, abordámos mal e que explicam, de certa forma, este afastamento por parte dos cidadãos. Peço-vos que me desculpem se afirmo, uma vez mais, o meu compromisso partidário. Sei que é possível um empenhamento político sem militar num partido. Conheço, com efeito, muitas pessoas – das quais bastantes são

amigos muito próximos – que militam activamente em organizações não governamentais de cooperação para o desenvolvimento, que participam em associações pacifistas, ecologistas, feministas, etc., que escrevem artigos comprometidos, que colaboram em movimentos antiglobalização, que se mobilizam contra a guerra, contra a pena de morte, contra a impunidade dos genocidas ou dos criminosos de guerra. E considero que todas essas actividades constituem exemplos de acção política igualmente dignos.

Mas é precisamente por respeito por essas opções pessoais e vitais que desejo defender a importância dos partidos políticos e a necessidade de adaptar as suas estruturas a esta nova sociedade e transformá-los, assim, em instrumentos verdadeiramente úteis. Se acreditamos na necessidade da política e conhecemos o papel determinante desempenhado pelos partidos políticos na hora de escolher e designar as pessoas que deverão dirigir e integrar as instituições democráticas, a proposta do meu colega, de alterar as instituições, de as remodelar, deverá primeiro passar por uma reforma dos partidos políticos.

## **1. Mudar os partidos políticos**

Parto do princípio de que, para formar instituições políticas fortes, necessitamos de partidos políticos fortes. E parto igualmente do princípio de que, para além das diferenças estruturais, históricas ou culturais dos partidos políticos de diferentes tendências, formados tanto na Europa como na América Latina, o diagnóstico que conto formular é aplicável à maior parte deles. Com algumas modificações, quase todos se poderiam rever nele. Segundo penso, e como destacarei ao longo de toda esta conferência, é urgente iniciar uma profunda mutação no funcionamento dos partidos políticos, que continuam apegados às antigas estruturas elaboradas para fazer face aos problemas da sociedade do século passado, mas que se revelaram muito pouco satisfatórias e, às vezes, inúteis na altura de fazer face aos desafios da sociedade moderna e da era da globalização quando, nos últimos vinte anos, se operaram mudanças estruturais e sociais de grande relevo.

Os partidos políticos não são mais hoje, com os sindicatos, os únicos instrumentos de estruturação da sociedade, ainda que continuem, certamente, a ser essenciais para estruturar as instituições políticas. Os partidos coabitam hoje com organizações de tendências e de dimensões muito diversas, e algumas delas não se limitam a um único sector de actividade, mas defendem os interesses do conjunto da sociedade. Poderia citar-se, por exemplo, o caso dos movimentos ecologistas e feministas.

Esta pluralidade de estruturas representativas sociais responde às mudanças que se produziram nas nossas sociedades, como, por exemplo, a mobilidade, o acesso à informação, as novas tecnologias, a incorporação das mulheres no mercado de trabalho, as profundas mudanças observadas a nível da taxa de natalidade e da esperança de vida, os fenómenos migratórios, etc. Paralelamente, e na sequência de todos estes fenómenos, novas preocupações emergem e novos valores devem ser defendidos: o desenvolvimento sustentável, a igualdade dos sexos, o acesso à educação, a ecologia, a solidariedade, a protecção da infância, a igualdade de direitos civis – e quaisquer que sejam as orientações sexuais ou religiosas – a protecção das minorias, da sua língua, da sua cultura, etc. A noção de cidadania está hoje mais completa e mais bem estabelecida, e é também mais exigente. Os cidadãos deste século são mais críticos no que diz respeito à democracia, e ainda mais críticos em relação aos políticos, embora continuem a pensar que estes constituem um elemento-chave do sistema democrático. Ou talvez precisamente por isso.

Perante esta nova realidade de uma sociedade mais complexa e organizada de modo completamente diferente da de há apenas vinte anos, os partidos políticos estão em plena crise e começam a sentir as consequências da sua rigidez, enquanto tudo evoluía em torno deles; já não são os únicos instrumentos de participação dos cidadãos e podem apenas constatar que já nem são os mais populares. Os cidadãos desejam actualmente ver partidos políticos mais próximos, mais abertos, mais transparentes. E a falta de resposta positiva da parte dos partidos constitui uma das causas principais do desafecto que se verifica e que vamos analisar.

O que é grave é que este desafecto dos cidadãos em relação aos partidos políticos tem consequências negativas para o sistema democrático, dado que se salda por um afastamento dos cidadãos em relação às instituições políticas e à política em geral, a ponto de alguns considerarem – e eu não creio que seja o caso – que as instituições não se ocupam dos problemas da população nem se preocupam com eles.

Esta ideia de que as instituições são fechadas, afastadas e relativamente inúteis é apoiada, em grande parte, pelo facto de as pessoas terem a impressão de que os partidos, que elaboram as listas eleitorais e promovem por esse meio as pessoas que ocuparão os cargos políticos, tomam as suas decisões com base em critérios de repartição interna do poder. Acusa-se regularmente os partidos de uma falta de democracia interna, de colocarem as autoridades eleitorais à frente das autoridades orgânicas, de afastarem o aparelho partidário dos eleitores. Os políticos às vezes são entendidos mais como líderes que lutam por ocupar cargos governamentais ou parlamentares do que como membros de associações organizadas e postas ao serviço dos cidadãos. E se não se faz nada, alguns poderão chegar à conclusão perversa e dramática de que a democracia e as eleições só serviriam fundamentalmente para confortar algumas pessoas na sua liderança pessoal à cabeça de um partido ou de uma instituição, ou como membro de um ou de outro, e não para as porem ao serviço da mudança social, verdadeiro objectivo da acção política.

Os partidos, e nós os políticos, temos todos uma parte de responsabilidade no desenvolvimento deste estado de espírito. Naturalmente, os que insultam a política e a democracia representativa, abusando sem nenhuma justificação das alavancas do poder, são igualmente responsáveis. Mas ocupemo-nos antes do que nós, políticos responsáveis, somos capazes de fazer. Um dos problemas reside no facto de certos políticos serem "profissionais da política" em lugar de serem políticos profissionais. Fazem da sua carreira política mais um trabalho do que uma vocação, com o único objectivo de se manterem na política, até ao ponto de, por vezes, minimizarem maus resultados eleitorais, que, em qualquer outra empresa, pressuporiam a demissão do responsável, para obterem estabilidade interna, uma estabilidade convertida em permanência graças a acordos cruzados, que, às vezes, são mesmo mais desejáveis do que uma vitória. Estou certa de que isto evoca a cada um de entre vós mais de um exemplo. É esta espécie de "cartelização", de estatização dos partidos, que acabará por os tornar inaptos a qualquer comunicação com a sociedade civil.

Em países como o meu, onde a política sempre teve uma conotação pejorativa, reminiscência provável dos anos de ditadura, aceitou-se durante um certo tempo essa imagem de organizações fechadas dada pelos partidos políticos. Isso durou enquanto foram considerados instrumentos indispensáveis à reforma e à estabilidade política. Na América Latina, poderíamos citar numerosos exemplos de evoluções similares. Mas hoje, na medida em que a democracia está consolidada ou que é necessário mobilizar vontades para a defender, os cidadãos atribuem

imensa importância à transparência e às redes de participação nos partidos. Esta é a razão por que penso que é urgente encontrar uma resposta para esta espécie de mal-estar democrático centrado nos partidos, que tem repercussões nas instituições públicas.

Perante tal situação, considerada crítica igualmente pelos partidos políticos, uma das maneiras de reagir que observámos consistia, para esses partidos tradicionais, em proteger-se dessa concorrência surgida na sequência do aparecimento das alternativas à política e à representação dos interesses públicos, das quais já falámos. Grande erro. Se os partidos tradicionais se fecham e se autoprotegem, a resposta dos cidadãos será manifestar ainda mais desafeição e abstenção. Ou, o que é pior, como já pudemos comprovar, surgirão dinâmicas de partidos extremistas. Os exemplos não faltam, na Europa e na América Latina.

Se é necessário reformar os partidos porque é necessário reformar a política, e se é necessário reformar a política para a aproximar dos cidadãos, a resposta dos partidos políticos não pode ser outra senão a de abrir as suas estruturas e dispor-se a encarar a mudança, em vez de resistir ou de se deixar ultrapassar por ela. Assumir o risco. E a abertura é o risco que é necessário correr. Os partidos políticos que representamos são chamados a transformarem-se, se quisermos – como defendo – aproximar a política dos cidadãos. É verdade que certas mudanças profundas podem gerar, a curto prazo, problemas de estabilidade interna nos partidos. Mas, por exemplo, será concebível fazer uma proposta interessante que permita aumentar a filiação num partido se não reconhecermos, a cada um dos militantes, pelo menos os seus próprios direitos de cidadão na altura de escolher e de propor autoridades orgânicas ou políticas? É necessário alargar a base e a participação social dos partidos, mas também a sua verdadeira faculdade de estruturação social. Tudo isso não será possível se não oferecermos aos membros, aos simpatizantes e aos militantes, uma maior possibilidade de influenciar e de participar na vida interna. Alguns pensam que é arriscado os partidos terem paredes de vidro. Mas é um risco que compensa, pois a transparência e a participação são condições necessárias para recuperarmos o prestígio dos partidos e para podermos contribuir, com eles, para o reforço das instituições. Se os partidos envelhecem, a sociedade rebela-se e acaba por nos ignorar. E isso é muito mau para a democracia.

*Os tempos mudam*, como dizia *Bob Dylan* nessa muito bela canção rebelde, mas se os tempos mudam, é porque as pessoas mudam. *Indira Ghandi* recordava na sua biografia que quando nasceu, os conselheiros de seu pai, *Nehru*, lhe recomendaram "que arranjasse maneira de ter um filho o mais rapidamente possível para poder nomear um herdeiro". *Nehru* respondeu-lhes que nada no mundo poderia mudar se nós próprios não fôssemos capazes de mudar. E *Indira* gostava de repetir que ela era a encarnação dessa aposta na mudança. Ora bem, é exactamente o que eu defendo. Devemos apostar na mudança, alterar a estrutura dos partidos, mudar a nossa mentalidade, adaptarmo-nos à nova sociedade. Estou profundamente convencida de que só partidos políticos fortes serão capazes de formar instituições políticas fortes, capazes de enfrentar eficazmente os novos problemas, de dar uma resposta às novas aspirações e de resolver ou de mitigar as consequências das novas tragédias que assolam o mundo em que vivemos.

## **2. Mudar a política**

Esta sensação de afastamento da política deve-se também, em parte, à incapacidade dos políticos em explicar não somente o porquê das coisas, mas também, e sobretudo, o PARA QUÊ. Esta é a razão pela qual desejaria propor, nesta segunda parte, uma reflexão sobre a necessidade de introduzir mudanças nos nossos discursos e na expressão dos nossos compromissos; mudanças

que ajudarão a que as instituições democráticas e os partidos políticos sejam de novo considerados como elementos úteis para a sociedade; mudanças que integrem nas nossas agendas os problemas e as preocupações das pessoas.

Ouvi *Simon Peres* dizer há alguns anos em Paris, aquando de uma reunião da Internacional Socialista, que o que havia de bom neste mundo tão mediático era que a televisão tornava insuportável a manutenção dos conflitos e das ditaduras. Ainda que esta afirmação pudesse, infelizmente, ter outras conotações, a verdade é que, graças às novas tecnologia da informação, milhões de cidadãos se projectam diariamente em imagens que nos chegam quase em tempo real e que nos testemunham a violação sistemática dos direitos humanos, a tortura de prisioneiros, as condições de vida nos campos de refugiados, etc. Milhões de cidadãos tomam consciência da impotência do nosso mundo para reagir às catástrofes naturais, à emigração em massa de centenas de milhares de pessoas que abandonam os seus países por falta de água ou de alimentos (vinte milhões por ano, de acordo com um recente estudo das Nações Unidas). Milhões de cidadãos mostram-nos, dia após dia, que são capazes de se mobilizarem para defender a igualdade dos sexos, protestar contra as guerras injustas e ilegais ou defender a liberdade.

Todo o drama do nosso mundo nos chega directamente às retinas através das cadeias de televisão. Mas todos os cidadãos que reagem perante tais tragédias ou injustiças queixam-se geralmente de não receber resposta satisfatória e sustentada dos poderes públicos. Interpelam-nos sobre o que fazemos concretamente para evitar que haja no nosso mundo mil e quinhentos milhões de pessoas que vivem com um dólar por dia ou três mil milhões que se governam com apenas três dólares por dia. Perguntam-nos o que fazemos para evitar que haja no nosso mundo mais de trezentos milhões de crianças que sofrem diversas espécies de exploração. Interrogam-nos sobre o que fazemos para combater a calamidade da SIDA, que infecta em África, diariamente, mais dez pessoas. Que respostas políticas recebem quando constatarem que, enquanto se desmoronam as fronteiras económicas, comerciais e financeiras, novos muros se erguem para impedir os seres humanos de se deslocarem e para os obrigar a permanecerem nas suas terras, onde morrem de fome, de sede e de doenças?

Os cidadãos têm necessidade de acções e de discursos políticos mais empenhados, face a todos estes fenómenos que abalam a sociedade. Dizem-nos, por vezes, que só as organizações consideradas não políticas, as ONG, podem dar-lhes respostas. Mas concordarão comigo que, para enfrentar todos estes problemas e elaborar uma solução, devemos desenvolver uma estratégia que extravase as fronteiras do nacional e do sectorial, e que exija uma concertação a nível da acção e da estratégia políticas.

Não está ao alcance de nenhuma organização não governamental do mundo, nem de nenhum país isoladamente, qualquer que seja a sua importância, fazer face com sucesso à fome endémica em África, à inevitável desertificação que ameaça o nosso planeta, ou ao desequilíbrio cada dia mais importante entre países do primeiro e do terceiro mundo. Ou ainda ao terrorismo e às máfias do tráfico de seres humanos. Só se os governos do mundo, numa estratégia coordenada, decidissem investir na educação, na formação e nas novas tecnologias nos países do terceiro mundo poderíamos evitar a tragédia deste fosso que se cava entre os países desenvolvidos e os que, como dizia um amigo haitiano, estão "em vias de subdesenvolvimento".

Sei que o que acabo de dizer não é uma reflexão muito original, mas este esboço da situação actual permite confirmar que só instituições internacionais mais políticas e mais empenhadas do

que actualmente, só um consenso político do que chamamos o mundo civilizado, permitirão tomar as decisões que salvarão a humanidade destas catástrofes ou, pelo menos, cuidarão das suas feridas. As ONG têm um papel essencial a desempenhar; elas costumam não só reagir, mas também tomar a dianteira e estimular os poderes públicos. Mas tanto as ONG como nós mesmos sabemos bem que não se estanca uma hemorragia com pensos. Por essa razão, insisto em que, se a política deseja encontrar uma solução para os grandes problemas do nosso mundo, recuperar o seu prestígio de outrora e a cumplicidade dos cidadãos, devemos integrar nas nossas agendas compromissos que abordem cada um destas questões.

E retornamos à questão colocada no início desta conferência: a necessidade de reforçar e refundar as nossas instituições. Porque é efectivamente a ausência de instituições fortes que faz com que, com tantos conflitos instalados no mundo, nenhuma solução seja vislumbrável para nenhum deles. O Médio Oriente, a cultura de drogas como única alternativa económica nalguns países; os campos de refugiados, como no Sara, por exemplo, nos quais já várias gerações nasceram; a manutenção da pena de morte em numerosos países do mundo, dos quais alguns são parceiros políticos e económicos nossos; as violações sistemáticas dos direitos humanos ou a perseguição por motivos de raça, de sexo ou de religião são alguns dos exemplos mais evidentes do nosso malogro.

É esta a razão pela qual sustento que é necessário ligarmo-nos aos sectores mais dinâmicos da nossa sociedade e elaborar uma nova agenda política que responda às novas preocupações dos cidadãos. Esta cumplicidade é-nos indispensável para avançar para um reforço das nossas instituições democráticas. Sem isso, nada será possível.

E para que esta confluência de vontades tenha lugar, devemos também voltar a ter orgulho em fazer política. Precisamos de reconquistar a confiança dos cidadãos, e de que esta nos torne mais fortes. Sei que é possível que numerosos jovens, a quem os discursos políticos aborrecem e que não compreendem o porquê da política, se afastem ainda mais. Creio que tudo correria bem melhor se fôssemos capazes de lhes explicar que só com uma Europa dotada de instituições comuns mais fortes e mais representativas, de uma política externa e de segurança comum, de uma voz própria que nos represente no mundo inteiro, poderemos fazer-nos respeitar e exigir das outras grandes nações – como os Estados Unidos, a China ou a Índia – que respeitem os direitos do Homem, que liquidem as suas dívidas à ONU, que apliquem a moratória, ou que aceitem a abolição da pena de morte. Creio que ganharíamos numerosos membros se fôssemos capazes de explicar que só será possível à América Latina contar com a cooperação internacional para fazer face aos graves problemas com que se defronta constituindo-se como bloco político.

Certamente que, para tal, devemos ser capazes de transmitir uma mensagem que seja ao mesmo tempo credível e ambiciosa. Os cidadãos devem saber que nós não nos resignamos a viver num mundo cada vez mais injusto, que acreditamos que existem soluções e que não estamos dispostos a tranquilizar as nossas consciências cedendo às organizações de cooperação para o desenvolvimento apenas 0,7% do nosso orçamento; e que temos propostas transversais ambiciosas, válidas e coerentes para os restantes 99,3%.

Alguns dos dados a que fiz alusão durante esta conferência, referentes às catástrofes e aos dramas do nosso mundo, provocam-nos não apenas uma repugnância moral, mas condicionam igualmente a nossa segurança e a paz internacional. Se renunciarmos ao papel desempenhado pela política, esperando que os desastres não nos atinjam, enganamo-nos. Não há doravante nem

fronteiras nem guarda-chuvas para nos proteger das grandes intempéries mundiais. Os ataques terroristas, pela sua crueldade e pela capacidade demonstrada de atacar em qualquer país ou latitude do mundo, são um bom exemplo.

Mas não nos devemos deixar abater. A história está cheia de exemplos que nos recordam como muitas mudanças vividas pela humanidade se produziram porque não havia outra alternativa que não fosse fazer-lhes face. Este ponto em especial, para além da minha confiança na capacidade do ser humano para alterar o rumo dos acontecimentos, permite-me abordar o futuro com optimismo. Porque nestas circunstâncias, mesmo os mais reticentes, os mais "conservadores" de entre nós, sabem que devemos fazer face a um desafio que não é possível adiar mais. Terminarei por onde comecei. O mundo precisa da política. Mas nós, os políticos, temos o dever de renovar o nosso discurso, alargar os nossos compromissos e alterar as nossas prioridades se desejamos aproximarmo-nos dos cidadãos. Sem o seu concurso, sem a sua cumplicidade, permaneceremos de pés e mãos atadas.

Admito claramente que tenho nesta aposta um interesse ideológico que vai de par com o meu compromisso democrático; como já vos disse, defendo a acção política por escolha e por necessidade. Detesto o simbólico, que é o caminho que escolhem os que não ousam empreender nada. Gosto de me recordar das palavras de *Ramón Rubial*, que foi presidente até à sua morte do Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE), e que respondeu a uma pergunta de um jornalista sobre a suposta perda dos símbolos de identidade da esquerda que, segundo ele, tinham feito os dias de glória do PSOE: "*a única revolução útil em democracia é a que se pode escrever no Boletim Oficial do Estado*". É evidente que para poder escrever no Boletim Oficial do Estado é necessário ganhar as eleições, e que para isso precisamos do apoio e do voto dos cidadãos.

Se me permitem, gostaria de vos ler, para terminar, uma citação retirada do livro do filósofo *Fernando Savater*, que já antes mencionei. "*Se devêssemos, hoje, resumir numa só palavra o projecto político mais digno de realizar, escolheria esta: cidadania. Por outras palavras, a forma de integração social participativa baseada na partilha dos mesmos direitos e não na pertença a grupos vinculados pelo sangue, pela tradição cultural, pelo estatuto económico ou pela hierarquia hereditária. Se alguma coisa deve ser globalizada, é precisamente o reconhecimento efectivo do humano pelo humano. Escolher a política é o pequeno gesto pessoal que todos estão em condições de fazer, na sua aparente humildade que não renuncia a procurar companheiros e cúmplices, para enfrentar o melhor possível as fatalidades supostamente irremediáveis.*"